

DEMOCRACIA, CULTURA E COMPORTAMENTO POLÍTICO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA

DEMOCRACY, CULTURE AND POLITICAL BEHAVIOR: A BRAZILIAN STATUS ANALYSIS

Ana Paula Silva Santos

Bacharela em Direito pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR

Inspetora de Polícia Civil do Estado do Ceará

E-mail: anapaulinhass@bol.com.br

SUMÁRIO: 1 INTRODUÇÃO; 2 CONCEITO DE DEMOCRACIA E BREVE HISTÓRICO DO SEU ESTABELECIMENTO NO BRASIL; 3 DEMOCRACIA, CULTURA E COMPORTAMENTO POLÍTICO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA; 3.1 CULTURA POLÍTICA: CONCEITO, HISTÓRIA E VISÃO BRASILEIRA; 3.2 DESCRÉDITO NAS INSTITUIÇÕES; 3.3 TIPOLOGIA DO ELEITORADO BRASILEIRO; 4 CONCLUSÃO; 5 REFERÊNCIAS.

CONTENTS: 1 INTRODUCTION; 2 DEMOCRACY CONCEPT AND A BRIEF HISTORY OF ITS ESTABLISHMENT IN BRAZIL; 3 DEMOCRACY, CULTURE AND POLITICAL BEHAVIOR: A BRAZILIAN STATE ANALYSIS; 3.1 POLITICAL CULTURE: CONCEPT, HISTORY AND BRAZILIAN VIEW; 3.2 DISCREDIT IN INSTITUTIONS; 3.3 BRAZILIAN ELECTORATE TYPOLOGY; 4 CONCLUSIONS; 5 REFERENCES.

Resumo: O estudo da política brasileira no âmbito da cultura e comportamento jurídico influenciados pelas desigualdades sociais e econômicas se mostra de suma importância vez que a democracia estabelecida no País se demonstra ainda instável, haja vista o crescente descontentamento do povo com a administração da máquina pública, os inúmeros casos de corrupção e os problemas sociais, denotando verdadeiro desinteresse popular na vida política e acarretando descrédito nas instituições governamentais.

Palavras-chave: Democracia. Política. Cultura. Brasil. Instituições governamentais

Abstract: The study of the Brazilian politics in the extent of the culture and juridical behavior influenced by the social and economical inequalities is shown

of addition importance time that the established democracy in the Country is still demonstrated unstable, have seen the crescent dissatisfaction of the people with the administration of the public machine, the countless cases of corruption and the social problems, denoting true popular indifference in the political life and carting discredit in the government institutions.

Keywords: Democracy. Political. Culture. Brazil. Government institutions.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo explicar e analisar a política brasileira no âmbito da cultura e comportamento jurídico influenciados pelas desigualdades sociais e econômicas, outrossim, aborda também conceitos de democracia e cultura política situando ambos os temas historicamente.

Em um primeiro momento, conceitua a democracia em todos os seus termos e explica o processo de redemocratização do Brasil após a ditadura militar.

Em um segundo instante, realizou-se uma análise da situação brasileira no que concerne à cultura política, a desconfiança dos eleitores nas instituições governamentais e o perfil do eleitor brasileiro, apontando os possíveis porquês de cada um deles.

2 CONCEITO DE DEMOCRACIA E BREVE HISTÓRICO DO SEU ESTABELECIMENTO NO BRASIL

Democracia, palavra que provém do grego *demokratia*, é a “forma de governo em que a soberania é exercida pelo povo” (Dicionário Globo, 1989).

Exteriorizar um conceito mais amplo é uma tarefa um tanto difícil, uma vez que, em recente estudo levado a efeito pela UNESCO revelou-se a existência de, pelo menos, 250 definições.

O fato é que não haverá democracia onde não houver a participação permanente e consciente do governado, onde este exigirá do governante a melhor orientação e administração da máquina pública. Falar em democracia não significa mencionar o

governo do povo, mas o governo para o povo, como os romanos “tão bem sintetizaram com esta elegante expressão: *populari potentia*” (Acquaviva, 2000, p. 214).

A título de informação, mas sem adentrar no assunto por ser estranho ao presente estudo, apontam-se as espécies de democracia que são em três: a direta ou clássica, a representativa e a semidireta.

Em seu estudo sobre o assunto, Marcus Cláudio Acquaviva (2000, p. 214) conclui brilhantemente:

Num mundo em que as realidades palpáveis se fazem cada vez mais candentes, as abstrações do passado vão, paulatinamente, mas inexoravelmente, perdendo terreno. Belas ficções, transformadas em dogmas da política, começam a perder o encanto original. O súdito, o cidadão, o homem abstrato vão deixando o seu lugar para um ser totalmente novo, o homem situado, que Georges Burdeau, com muita graça, descreve em seu precioso opúsculo sobre a democracia. Então o que vem a ser democracia? Democracia é o processo político que autoriza a permanente participação, livre e consciente, direta ou indireta, da comunidade, nas deliberações dos governantes.

Atualmente no Brasil ela — a democracia — não se perfaz somente através dos governantes, mas muitas vezes pelos próprios governados.

Admite-se a utilização esporádica da intervenção direta dos administrados em determinadas deliberações governamentais que compreendem basicamente os seguintes institutos: plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Some-se a isto o fato de haver eleições diretas para os cargos dos poderes Legislativo e Executivo e que os votos são computados de forma linear e com o mesmo valor, independentemente de qualquer fator, a saber: religião, riqueza, sexo, etc.

Ocorre que nem sempre foi assim. Foi o caso do episódio ocorrido em 1964 e que perdurou até o início da década de 80 em

que as Forças Armadas destituíram o Chefe do Poder Executivo e assumiram o governo do País sem a participação popular.

Meados da década de 80, período em que as Forças Armadas já não governava o País, foi instituída a Assembléia Nacional Constituinte.

Em 1988, encabeçada por Ulisses Guimarães, foi promulgada a Constituição Federal que restabelecia definitivamente a democracia no Brasil instituindo inclusive as cláusulas pétreas — normas que não podem ser modificadas através de emenda à Constituição.

De lá pra cá muitas modificações foram realizadas na Carta Magna. Há quem fale que hoje está vigendo uma Constituição diferente da promulgada em 1988.

O fato é que a democracia estabelecida no País ainda demonstra instabilidade, uma vez que o crescente descontentamento do povo com a administração da máquina pública, a incessante corrupção e os problemas sociais e econômicos perduram insistentemente.

3 DEMOCRACIA, CULTURA E COMPORTAMENTO POLÍTICO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA

Para muitos doutrinadores a idéia de democracia está consolidada nos países que a adotam. Naqueles que ainda não a experimentaram, afirmam estes estudiosos que é apenas uma questão de tempo para sua implantação, já que representa a forma ideal de governo.

Afirmam ainda que na América Latina e especialmente no Brasil o pensamento da política democrática é irreversível e “também se destaca como eixo permanente (re)construção”. (BAQUERO, 2001, p. 92).

Ocorre que estas afirmações não condizem com a realidade já que se experimentam dificuldades de resolução dos problemas sociais, econômicos e políticos, além da clara impotência para solucionar a corrupção.

A democracia não pode ser considerada inteiramente irreversível como dito acima, nem estável.

Decerto não há, pelo menos à primeira vista, nenhuma movimentação das Forças Armadas no sentido de restabelecer o poder autoritário, mas o quadro de reversibilidade da democracia é demonstrado na sua imensa fragilidade de resolução de problemas que lhe são apresentados.

Consoante Marcelo Baquero (2001), o conceito de democracia “se fundamenta na noção de representatividade, o seu fortalecimento depende da confiança depositada pelos cidadãos nos processos eleitorais e nos sistemas de construção partidária”.

Entretanto esta não é a realidade. O que ocorre é a extrema instabilidade gerada pelos elevados índices de insatisfação com os governantes.

Vários são os elementos desencadeadores do descontentamento dos governados, dentre eles Marcelo Baquero (2001, p. 93) aponta os seguintes:

- Uma crescente perda de rendas e reduções salariais;
- Uma crescente desigualdade de riqueza;
- Uma decadência da infra-estrutura política;
- Um aumento da criminalidade;
- Serviços materiais essenciais deficientes (saúde, transporte, educação e moradia)
- Redução dos investimentos na educação, privatização do ensino público;
- Quase aniquilamento da classe média;
- Crescente desemprego, o crescimento da economia informal e exclusão social, e por fim;
- A crescente desconfiança em relação à política e suas instituições.

Pelo exposto, insta mencionar o quadro político e social que a democracia se mostra no Brasil e imensa dificuldade do

seu fortalecimento diante da cultura e o pensamento político do brasileiro.

Marcelo Baquero (2001), no seu ensinamento sobre o tema, divide o assunto em três subitens os quais serão seguidos neste trabalho pelo fato de ser o seu texto objeto de estudo, são eles: Cultura política, desconfiança nas instituições e, por fim, a tipologia do eleitorado brasileiro.

3.1 Cultura política: conceito, história e visão brasileira

Conceitua-se cultura como sendo basicamente o “conjunto de conhecimentos” (Dicionário Globo, 1989). Pode-se extrair de tal afirmação que cultura política é o conjunto de conhecimentos, atitudes e opiniões dos governados em relação ao sistema político.

Mede-se pelo grau de participação e de fiscalização do cidadão aos atos perpetrados pelos governadores, na interpretação dos acontecimentos políticos e na consciência crítica dos fatos ocorridos.

Historicamente, a cultura política nem sempre foi pesquisada. Na transição dos regimes autoritários para os democráticos todos os esforços se concentraram “no sentido de implementar um marco institucional que proporcionasse as bases da construção democrática” (BAQUERO, 2001, p. 98).

Desta forma, os estudos sobre a cultura política não eram valorizados, uma vez que se imaginava ser possível prever os resultados políticos- culturais com a efetiva implantação do regime democrático, resultando apenas numa questão de tempo.

Empós o estabelecimento da moldura institucional, viu-se que a simples implantação da democracia não respondia com satisfação dos dilemas desta política. Diante das adversidades apresentadas no dia-a-dia a democracia necessitava ser reinventada e redefinida.

Com efeito, a preocupação com a cultura política do povo começou a vir à tona e estudos sobre ela efetivaram-se. Os dados

colhidos apontaram um quadro até então inesperado. De forma ampla, os cidadãos mostraram-se desinteressados com a política, desinformado sobre o seu papel no voto e sobre o funcionamento das instituições políticas, muitos deles sequer sabiam em quem tinham votado nas últimas eleições.

Visto esse quadro, os cientistas políticos concluíram que a “democracia poderia não funcionar se os cidadãos se mobilizassem ou participassem o tempo todo” (BAQUERO, 2001). A aversão das massas populares acerca dos assuntos políticos e a conseqüente falta de participação destes garantiram a estabilidade dos sistemas democráticos.

Este entendimento, que perdurou durante as décadas de 60 e 70, propiciou o surgimento da Teoria Elitista da Democracia que dizia que o povo deveria submeter-se aos mandamentos das elites e não questioná-las.

Relativamente à cultura política do brasileiro, observa-se que as camadas mais pobres não valorizam e nem acreditam nas instituições políticas. A elite sempre dominou este assunto.

No Brasil, a redemocratização aparece após longo período de ditadura militar em que não havia eleições diretas e nem liberdade de expressão. A fiscalização dos atos dos governantes era duramente repreendida.

Desta feita, a reconstrução democrática e o seu respectivo amadurecimento necessitou de prioridades como a realização de eleições periódicas, o respeito aos direitos básicos e a existência do pluripartidarismo.

Por outro lado, a democracia deparou-se com os problemas econômicos, sociais e políticos. Não obstante os visíveis avanços na tecnologia, a situação de deterioração econômica prevaleceu. Este fato aumentou a concentração de riqueza, quase aniquilou a classe média e agravou o número de pessoas que vivem em extrema pobreza.

Dados estes fatos, surge a grande indagação: como tornar as instituições políticas mais transparentes e possíveis de ser

fiscalizadas neste contexto de desigualdades econômicas e sociais? Pelo visto não há outra saída senão “passar por um amplo processo de mudanças que envolvam, ao mesmo tempo, diversas instituições políticas” (BAQUERO, 2001), inclusão social e econômica.

Estar-se-ia vinculando o fato de o brasileiro ter o nível de cultura política baixíssimo com a sua posição social? Sim, e quem responde com propriedade é o Professor Paulo Freire (BAQUERO, 2001):

Num país onde a maioria absoluta da população só vive para saber de onde vai tirar a alimentação de sua família no outro dia, as preocupações com a democracia são distantes, sem importância e quase inexistentes.

A desigualdade social passou a ser relevante na pesquisa do nível da cultura política da população.

A falta de respostas convincentes dos governantes às mazelas da sociedade e a carência de soluções para elas levam a desilusão com a política, desconfiança em relação às instituições democráticas e o voto é visto como o ponto onde se esgota a participação política.

Até mesmo os movimentos mais organizados da população mais carente têm grandes dificuldades de operar. É o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que muitas vezes usam a violência como meio de negociar seus objetivos.

Interessante observar ainda o grau de satisfação dos brasileiros com a democracia. Recentes pesquisas mostraram que “aproximadamente 79% (na média) dos entrevistados responderam que não estavam satisfeitos com a democracia” (BAQUERO, 2001). Por outro lado, há uma rejeição do autoritarismo como forma de governo.

3.2 Descrédito nas instituições

Recentes pesquisas têm demonstrado a extrema desconfiança do brasileiro quanto às instituições dos Poderes Estatais. Os partidos

políticos são os mais desacreditados chegando-se ao patamar de 88,3% de repulsa, entretanto os demais índices também são preocupantes na medida que o Poder Judiciário tem 65,1% e o Congresso 87,4% de reprovação.

Esta avaliação tem como ponto de partida a fraca atuação dos órgãos perante as adversidades lhes apresentadas. Em segundo lugar, a maior capacidade crítica dos governados também influenciou na pesquisa.

Vários fatores contribuem para a descrença, mas a grande maioria resulta dos atos perpetrados pelo próprio Estado. Há um sentimento de falta de governo e de poder na medida em que a impunidade, a injustiça e a prevalência de interesses particulares são fatos que se vê diariamente nos meios de comunicação.

Exemplo disto é a liberdade dos assassinos do índio Galdino. Crime praticado por adolescentes de classe média-alta e que não receberam a punição em conformidade com a Lei Penal. Destacam-se, no campo da política, os discursos coléricos dos candidatos que lançam, muitas vezes, mentiras para ‘roubar’ votos do adversário.

Destacam-se também os recentes escândalos com o pagamento de propina mensal — chamado de mensalão — aos deputados, o ‘valerioduto’, o escândalo das ambulâncias, etc.

A experiência dos brasileiros no que tange ao não cumprimento das promessas eleitorais tem proporcionado a constituição de uma desilusão. Agrava-se o quadro quando se têm aproximadamente 60% de notícias negativas em relação à política brasileira, levando o eleitor a tratar a política com desdém, sendo uma forma de perda de tempo e produto de ignorância.

Como se não bastasse, existe uma agravante. É exatamente a visão personalíssima em detrimento da coletiva. Este fato se torna claro ao saber que o eleitorado vota no candidato e não no partido. Leciona Marcello Baquero (2001):

A formação de opiniões se dá a partir de formas e temas específicos em vez de grandes projetos. A probidade e honestidade dos candidatos se sobrepõem à análise mais crítica de projetos, propostas e compromissos partidários. A opção pessoal substitui, assim, o partido como ponto de referência de identidades coletivas. A desvalorização das instituições políticas nesse contexto é inevitável.

Desta forma, estabelece-se a relação direta do eleitor com o candidato, o partido político fica em segundo plano. Este fato cria o cenário das repetidas reeleições dos governantes brasileiros.

3.3 Tipologia do eleitorado brasileiro

Pesquisas datadas do início da década de 80 apontavam que 37,1% dos eleitores brasileiros enquadravam-se na categoria dos sem conteúdo ideológico. A respeito das categorias do eleitorado, Converse (1964) divide-as em cinco, a saber: ideológicos, quase ideológicos, interesses de grupo, natureza dos tempos e sem conteúdo ideológico.

Nova entrevista foi realizada após duas décadas. O mais impressionante foi fato de ter ficado quase estagnada esta porcentagem.

Em 1999, 35% dos eleitores ainda se mostravam apolíticos, contrariando todas as expectativas, uma vez que se imaginava que a redução para quase zero desta porcentagem seria medida que se imporia, a um, pela maior consciência política dada pelo completo afastamento da censura imposta pela ditadura e, a dois, pelo avanço educação.

Estas pessoas “geralmente não demonstram predisposição para votar e não se posicionam politicamente” (BAQUERO, 2001). E continua o doutrinador “este estrato teria uma cultura política passiva, cética e conformista, agrado pelo fato de que os cidadãos são presentemente vistos como consumidores da política em vez de produtores da política”.

Com efeito, o eleitor brasileiro não é levado a participar ativamente da política. Pelo contrário, os meios de comunicação se encarregam de posicioná-los passivamente.

Finalmente, menciona-se que todas as categorias restantes de eleitores também restaram estagnadas mesmo decorridas as duas décadas entre as pesquisas.

4 CONCLUSÃO

Vistos os conceitos e a evolução na história da democracia, da cultura e comportamento político, abordando os temas no âmbito da situação brasileira, conclui-se inegavelmente que as desigualdades sociais e econômicas, o descrédito nas instituições governamentais com destaque nos atos dos parlamentares que freqüentemente estão envolvidos em escândalos de corrupção, bem como a impunidade provocada por determinadas decisões judiciais, geram a falta de interesse e a alienação do eleitor nos assuntos políticos. Este passa a ver a política como assunto supérfluo, uma verdadeira perda de tempo e sua participação exaure-se no voto.

É de bom alvitre lembrar que a população em geral fomentou um descrédito ao Poder Judiciário com relação às condenações criminais em dissonância com a legislação penal, como o exemplo apontado do assassinato do índio Galdino, bem como com a demora na resposta judicial quanto à condenação dos crimes perpetrados por pessoas abastadas que se utilizam de infundáveis recursos objetivando a impunidade.

Ressalta-se ainda que o Ministério Público Federal e Estadual, instituição pertencente à Democracia brasileira, está em permanente luta para fortalecer as bases democráticas vergastando todo ato de corrupção e de impunidade. Como fiscal da Lei, combate todos estes acontecimentos com veemência e determinação.

Por fim, os dilemas do Brasil de falta de cultura política e comportamento ativo na administração do País não pode ser vista apenas como um problema social, mas econômico e político. O fortalecimento das instituições, a transparência nos funcionamentos

delas, a diminuição nas disparidades econômica e social são medidas que se impõe para a implantação da verdadeira democracia política.

5 REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário jurídico brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2000.

BAQUERO, Marcello. **Democracia, cultura e comportamento jurídico**: uma análise da situação brasileira – Rio de Janeiro, 2001.

